

# OS CATADORES DE MANGABA E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO SUL SERGIPANO<sup>1</sup>

Dalva Maria da Mota<sup>2</sup>  
Josué Francisco da Silva Júnior<sup>3</sup>  
Heribert Schmitz<sup>4</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o papel dos catadores de mangaba na conservação da biodiversidade, destacando: as lógicas de reprodução social de uma população tradicional, que alia a atividade do extrativismo da mangaba à coleta de produtos originários do manguezal; a tipologia do extrativismo; as representações dos catadores; e as ameaças a que estão sujeitos os campos e, conseqüentemente, os catadores e os seus saberes. A pesquisa vem sendo realizada no território Sul sergipano, mais especificamente, no Povoado Pontal, Município de Indiaroba.

**Palavras-chave:** populações tradicionais, catadores de mangaba, extrativismo, globalização dos alimentos.

## Introdução

Na última década, os estudiosos da agricultura e da globalização dos alimentos têm evidenciado novas tendências do mercado que têm privilegiado a expansão dos produtos considerados exóticos, associados a regiões longínquas com climas e sistemas de produção completamente diferentes daqueles nos quais os consumidores vivem. Produtos nativos ou adaptados aos denominados países do Sul conquistam os países do Norte com tendências à intensificação da ocupação de importantes janelas de mercado, a exemplo do que vem ocorrendo com produtos brasileiros como o melão, a manga e o mamão, presentes nos supermercados da Europa, Estados Unidos e Japão.

No Brasil, a valorização dos denominados produtos frescos, é constatada pela presença de produtos nativos nas gôndolas dos supermercados a exemplo de caju, jenipapo, cajá, umbu e mangaba, disponíveis até poucos anos atrás apenas nas feiras livres.

O estudo dessas novas dinâmicas de intensificação da produção e do consumo das frutas em lugares distantes daqueles de produção, tem sido valorizado em estudos realizados no Brasil (Cavalcanti, 1999; Cavalcanti & Silva, 1999; Cavalcanti & Bendini, 2001; Mota, 2003), principalmente no que se refere às frutas provenientes de áreas irrigadas do Nordeste. Em se tratando dos produtos nativos e naturalizados, a Amazônia tem sido o grande campo de investigação, dada à sua oferta de produtos comestíveis e ao interesse mundial na sua preservação.

Em relação ao extrativismo<sup>5</sup> de produtos exóticos e nativos de outras regiões, a exemplo da mangaba no Nordeste, ainda são raros os estudos relacionados às estratégias de reprodução das populações tradicionais, muito embora recentemente uma equipe de pesquisa venha se dedicando ao tema (Mota et al. 2003, 2004; Silva Júnior et al. 2003). Na região

---

<sup>1</sup> MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F.; SCHMITZ, H. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. 43, Ribeirão Preto, 2005, Anais, Brasília: SOBER. Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira Mar, 3250, 49025-040 Aracaju – SE, dalva@cpatc.embrapa.br

<sup>3</sup> Eng. Agrônomo, M.Sc., Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros; Av. Beira Mar, 3250, 49025-040 Aracaju – SE, josue@cpatc.embrapa.br

<sup>4</sup> Doutor em Ciências Agrárias, Área de Extensão Rural e Teoria da Comunicação / Sociologia Rural; Prof. de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPA); heri@amazon.com.br

<sup>5</sup> Entendido aqui como o sistema de exploração dos produtos nativos dos diferentes ecossistemas e voltados para diferentes mercados de produtos frescos.

Nordeste, a cultura é explorada, predominantemente, pela ação extrativista, iniciando-se um processo de formação de pomares por empresários para atender a demanda crescente. Apesar de toda a valorização recente da mangaba, as populações tradicionais que trabalham e vivem do extrativismo da mangaba são praticamente desconhecidas. Esse desconhecimento dificulta o delineamento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida dessas populações e que ajudem na preservação dos campos nativos de mangaba, ameaçados por estarem situados em áreas turísticas, sujeitas à intensa especulação imobiliária.

Tendo em vista essa problemática, o objetivo deste trabalho foi analisar o papel dos catadores na conservação da biodiversidade, destacando: as lógicas de reprodução social de uma população tradicional, que alia a atividade do extrativismo da mangaba à coleta de produtos originários do manguezal; a tipologia do extrativismo; as representações dos catadores; e as ameaças a que estão sujeitos os campos e, conseqüentemente, os catadores e os seus saberes.

### **A Pesquisa**

O trabalho foi realizado no decorrer dos anos de 2003 e 2004, no litoral Sul sergipano, mais especificamente no Município de Indiaroba, Povoado Pontal. O Pontal localiza-se a 17 km da sede do município e a 106 km de Aracaju, pela rodovia SE-100, trecho Pontal/Convento, fazendo fronteira ao Norte com o povoado Terra Caída, ao Sul com Preguiça, a Oeste com Convento e a Leste com o rio Real. As principais atividades desenvolvidas no território em estudo são o extrativismo (vegetal e animal), o turismo e a produção de coco.

A pesquisa foi predominantemente qualitativa, constando do levantamento de dados primários e secundários, organizados de modo a compor um quadro geral das dinâmicas locais de reprodução, das representações dos catadores e das pressões externas.

Foram realizadas visitas exploratórias para observação dos campos nativos de mangaba e da vida local, para a aplicação de 40 questionários com atores-chave (entre homens e mulheres) e para a realização de entrevistas semi-estruturadas com um grupo de mulheres (cinco participantes) e um grupo de homens (seis participantes). Além disso, outras regiões em Sergipe e Pernambuco têm sido visitadas com finalidade de comparação para análises futuras.

Para a composição da amostra, buscou-se atores-chave que residissem em diferentes locais do povoado e que fossem de diferentes sexos, idades e atividades econômicas. Em muitos casos um ator-chave entrevistado indicava outro, que correspondesse às características explicitadas pelos pesquisadores.

Paralelamente, observações vêm sendo realizadas em áreas produtoras de mangaba em todo o litoral sergipano.

### **Populações tradicionais e biodiversidade**

O tema populações tradicionais e biodiversidade tem sido abordado na literatura brasileira pelo estudo do acesso aos recursos da Mata Atlântica quanto aos aspectos sociais e culturais (Diegues, 2002); saberes tradicionais e biodiversidade (Diegues & Arruda, 2001); manejo dos recursos no contexto ecológico, fundiário e legal (Reis et al., 2000); economia do extrativismo (Young, 2000); território, biodiversidade e saberes (Castro, 1997); sociabilidades das populações tradicionais (Conceição, 2001); reservas extrativistas (Almeida, 2004, p. 7); e, mais recentemente, mapeamento das formas coletivas de gestão de áreas naturais de mangaba (Mota et al., 2003).

Nestes estudos, as populações tradicionais são consideradas produtoras de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade (Castro, 1997, p. 165). Daí porque este é uma tema que se coloca na ordem do dia face ao

reconhecimento da problemática ambiental no contexto global e à necessidade cada vez maior de inventariar os conhecimentos, usos e práticas dessas populações, considerando que a biodiversidade não é só um produto da natureza mas, em muitos casos, produto da ação das sociedades e culturas humanas (Diegues & Arruda, 2001, p. 15).

Almeida (2004) questiona o significado em si mesma da expressão e a relaciona a um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e assim é visto pelo resto da sociedade. Associa a expressão a um jargão utilizado nas diferentes instituições a partir da década de 80. “Havia a superposição das áreas de riqueza biológica e de riqueza natural, e por outro lado, de populações pobres nestas áreas” (Almeida, 2004, p. 7). Para ele, o termo identificava duas idéias: o conceito de desenvolvimento sustentável e de populações antes chamadas de nativas, pobres. A junção dessas idéias levou à visibilização de um novo ator do desenvolvimento que assim tem sido considerado nas políticas públicas.

Mesmo que apresente características associadas à noção do que seriam as populações tradicionais, o autor sugere a auto-identificação como um requisito ao pertencimento ou não. “Reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular” é um dos critérios para a definição de populações tradicionais apontado por Diegues & Arruda (2001, p. 28), além do modo de vida.

Sem diferir de Almeida (2004) quanto à importância das populações tradicionais na preservação da biodiversidade, Diegues (2002) sugere uma tipologia do extrativismo, considerando-o no sentido amplo, ou seja, como “gama de atividades, desde a coleta de espécies nativas da mata até o manejo dessas espécies pelos pequenos produtores e o cultivo dessas espécies, ainda que este último não possa ser considerado, a rigor, uma atividade extrativista” (Diegues, 2002, p. 135).

### **Estratégias combinadas de reprodução social**

Como afirma Diegues (2002), a atividade extrativista, em grande parte dos casos, não é a única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo, mesmo que seja fundamental para a composição da renda das populações tradicionais, condição que pode ser atestada no caso dos moradores do Pontal.

Uma possibilidade de classificação das populações tradicionais quanto às estratégias de reprodução social pode ser feita a partir das suas relações com a terra, recurso natural cujo acesso tem sido problemático para as populações pobres no Brasil. No geral, estão divididas entre uma grande maioria que não tem terra legalmente, mas que têm acesso à mesma para a prática do extrativismo, e uma ínfima minoria que tem terra e explora a agricultura como atividade central, principalmente o coco. Essa divisão implica uma diferente concepção quanto à importância das áreas naturais de mangabeira, pouco importante para os proprietários e muito importante para os que não possuem terra, chegando a ser um dos principais componentes da sua renda.

O paradoxo entre não deter a propriedade da terra, mas a ela ter acesso para o extrativismo tem repassado de geração à geração, muito embora todos saibam quem são os proprietários e a eles devam um certo respeito e uma atitude de dívida permanente que implica numa certa “ética” de reciprocidade, tão comum no entorno das grandes propriedades nordestinas pelos que não possuíam terra conforme analisado por Andrade (1986). Aos despossuídos, competia um acesso condicionado ao pagamento em produto ou por meio de serviços, voto, obediência ou simplesmente do reconhecimento de uma doação. Esta experiência influenciou para que nos dias atuais, exista uma compreensão de que “as terras têm dono, mas a mangaba é de ninguém”, compreensão esta que tende a ser colocada em questionamento pelos proprietários, em decorrência da crescente valorização da fruta e da possibilidade de dispor de tecnologias para exploração do produto em escala.

Mesmo assim, a população do Pontal segue tendo acesso às áreas naturais e dependendo da coleta da mangaba para sobreviver, juntamente com o extrativismo praticado nos manguezais, principalmente do caranguejo. A combinação destas atividades, complementares e desenvolvidas segundo um manejo tradicional “marcado pelas restrições oriundas de períodos do ano, fases da lua, locais, etc.” (Diegues, 2002, p. 136), no entanto, vem se transformando pela quase extinção do caranguejo em decorrência de um desequilíbrio no ecossistema ainda sem causa comprovada.

### **A tipologia do Extrativismo**

O acesso dos habitantes locais aos campos naturais de mangabeira se constitui em uma das práticas mais antigas no conjunto das estratégias de sobrevivência das populações tradicionais das áreas de restinga em Sergipe. Frente às pressões decorrentes da valorização da terra e da mangaba, as formas de gestão desses campos têm passado por transformações, podendo-se observar três tipos de exploração, quais sejam:

#### **- Formas comunitárias de gestão**

São áreas privadas, mas que ainda não foram cercadas e às quais a população local tem acesso para coletar os frutos. Ainda que se trate de um sistema tradicional de acesso a espaços e recursos comuns, não são formas do passado em processo de desorganização frente aos avanços da propriedade privada (Diegues, 1997) ou às tentativas de modernização do espaço rural, muitas vezes, amparadas pelas políticas públicas. No passado recente, a coleta da mangaba obedecia estritamente ao ciclo de reprodução da cultura em que as pessoas se limitavam a colher o que caía naturalmente e o seu uso era predominantemente destinado ao consumo ou à pequena venda em mercados próximos onde era possível chegar sem comprometer a qualidade de um fruto que rapidamente se deteriora. No presente, a retirada dos frutos, antes do amadurecimento, denuncia uma transformação na relação dos habitantes locais com o recurso, com o acesso aos mesmos e com o mercado em que a mangaba passa a ser consumida fresca ou transformada. Os arranjos para a apropriação dos recursos naturais são constituídos predominantemente pelas relações de parentesco e de ajuda mútua, ocorrendo reações às tentativas de implantação de cercas nas áreas. Mesmo assim, a exploração do recurso tem sido ampliada face à maior demanda do mercado. A sobrevivência deste sistema a partir da gestão comunitária, como observado em outras regiões do Brasil (Diegues, 1997), só é possível pelo fato das terras também serem consideradas marginais onde os solos são vistos como inaptos para o uso agrícola e o turismo não ter ainda se desencadeado.

Diegues (1997) afirma que são passíveis duas situações. 1) exploração comunitária e equilibrada dos recursos e 2) expulsão dos comunitários destes territórios em decorrência de ações exógenas.

As formas comunitárias de extrativismo e de apropriação dos recursos naturais se revelaram adequadas para o uso sustentado dos recursos durante um longo período de tempo, haja vista que lá permanecem e só mais recentemente começam a ser devastados em decorrência da especulação imobiliária, viveiros de camarão, etc. A constatação chama a atenção para o aspecto ecológico do extrativismo que explora o valor intrínseco da floresta em oposição às políticas que propõem outras práticas (Lescure et al., 1997). Ao mesmo tempo em que as formas comunitárias de extrativismo garantem a preservação da biodiversidade dos ecossistemas e primam pelo respeito às práticas sócio-culturais dos povos que os habitam.

#### **- Privatização dos campos e exploração tradicional**

São áreas naturais cujos proprietários as adquiriram com finalidade de lazer e colhem os frutos que caem no chão (conhecidos como “de caída”). Normalmente desenvolvem um sistema de parceria com um caseiro, geralmente nativo, em que compete ao mesmo cuidar das

plantas, colher os frutos e vendê-los nos mercados mais próximos. Nessas áreas normalmente não é permitida a entrada e a coleta de frutos pelas comunidades ao redor. Essa forma de gestão também permite a conservação dos recursos genéticos da espécie, porém contribui para o desenvolvimento de relações de desarmonia na comunidade.

#### **- Privatização dos campos e exploração comercial**

São propriedades adquiridas com fins estritamente comerciais, havendo, além do aproveitamento das áreas naturais, a implantação de áreas cultivadas. Pode-se concluir, nesse caso, que a conservação dos recursos genéticos da mangabeira não está garantida, ficando diretamente relacionada à demanda e ao preço da fruta no mercado. As comunidades tradicionais são excluídas, gerando conflito nas regiões onde esse tipo de exploração aumenta.

Das três formas de gestão constatadas, observa-se que a mais equilibrada em termos econômicos e conservacionistas é a gestão comunitária porque nela as populações tradicionais exercitam um “saber-fazer” que contribuiu para que os campos se reproduzam equilibradamente. Sabem com precisão épocas e plantas de melhores frutos, como também reconhecem a vegetação nativa.

#### **Um perfil da atividade extrativista de mangaba no território Sul sergipano**

A colheita de mangaba na região dá-se nos meses de novembro a julho, sendo que a safra de verão abarca de dezembro a abril, e a de inverno, de maio a julho. No verão, a produção é maior e os frutos têm melhor aparência, apresentando uma coloração amarelada, com pequenas pintas vermelhas. No inverno, a produção é menor e os frutos têm manchas mais escuras, que mudam a aparência, apesar de não comprometerem o sabor. Essa diferença pode ser atribuída à elevada umidade relativa do ar e à pluviosidade do período do ano em questão. Um dos catadores afirmou que esse último tipo de fruto, quando parte da sua polpa apodrece, é também conhecido como “mangaba-de-cachorro”. Nenhum trato cultural é realizado, uma vez que há uma compreensão de que não é necessário, considerando que, no decorrer dos anos, as plantas sempre produziram satisfatoriamente.

A colheita é realizada por grupos de pessoas ligados pela consangüinidade ou por relações de vizinhança e amizade. É comum pessoas de uma mesma família nuclear dividirem o trabalho entre derrubar o fruto “de vez”, com auxílio de um gancho de arame, acoplado ou não a uma vara, e colher os frutos que caem. Após a catação, os frutos são colocados em baldes e transportados para as residências. Apesar de provocar a queda dos frutos “de vez”, há o reconhecimento de que as mangabas “de queda” são mais saborosas. No entanto, não suportam o manuseio e o transporte.

Nas residências, os frutos são lavados e postos a secar, sobre esteira de palha ou tecido de algodão, de modo que eles não fiquem amontoados. Em seguida, são acondicionados em caixas, para aguardar o comprador. Os catadores que vendem diretamente nas feiras livres dos municípios vizinhos (Estância, Indiaroba e Umbaúba), muitas vezes forram as caixas e cobrem com jornal ou papel (“encapotam”), a fim de apressar a maturação. Os frutos colhidos “de vez” e amadurecidos dessa forma, são chamados mangaba de capote. Nas feiras, eles são vendidos em embalagens reutilizadas de margarina ou óleo.

Na época da safra de verão, a grande maioria dos catadores vende a intermediários que recolhem a produção nas residências. Na safra de inverno, os intermediários não se interessam em buscar a produção, em decorrência do pequeno volume, o que faz com que algumas catadoras vendam diretamente nas feiras, obtendo melhores preços devido à escassez do produto. Deve-se ressaltar que, mesmo no verão, os catadores também obtêm bons preços.

O volume médio de mangaba coletado pelos entrevistados varia, conforme a época do ano. No verão, cada catador colhe 84 litros (em torno de 63 kg) por semana, ao passo que, no inverno, esse volume cai para 30 litros (ou aproximadamente 22,5 kg). Baseado nessas

informações, pôde-se notar que a produção total estimada dos 32 catadores entrevistados, equivaleu a 53,3 toneladas/ano de fruto, sendo 85% provenientes da safra de verão e o restante da de inverno. Ficou constatado, deste modo, que a produção daquela amostra de catadores foi muito superior ao total produzido por todo o Município de Indiaroba (17 toneladas), conforme dados do IBGE (2002). Isso mostra a necessidade de pesquisar sistematicamente as quantidades colhidas, especialmente, porque Sergipe destaca-se como o maior produtor nacional com 492 t/ano, dos quais 83% provêm do litoral Sul do Estado (IBGE, 2002).

A memória social registra que no passado recente, a exploração da mangaba se resumia às necessidades da família, por isso eram valorizadas as mangabas “de queda” ou “de caída” (frutos que caem naturalmente), utilizadas para a fabricação caseira de suco e sorvete (“geladinho”). Apenas recentemente o Pontal entrou na rota comercial dessa fruta. Nos anos 90, alguns catadores mais empreendedores colheram frutos e se deslocaram para as principais feiras dos municípios do litoral Sul sergipano, iniciando a sua comercialização. Após essa iniciativa, apenas um membro da comunidade estabeleceu-se como comprador e vendedor de mangaba. Criou-se, com esse fato, interconexões entre essa atividade extremamente localizada e outros locais de consumo. O marco inicial desse acontecimento foi a visita sistemática de compradores externos de mangaba na época de safra. Atualmente, cerca de três compradores são responsáveis pela aquisição da produção, dois dos quais são provenientes do povoado Convento e um da própria comunidade. Às vezes vêm compradores de Salvador e apenas um catador entrega diretamente seus frutos em uma fábrica de polpa no Município de Estância.

### **Sobre as representações dos catadores**

A gestão dos campos de mangabeira pela população é realizada há anos e teve sempre como obrigação máxima de cada um a conservação das plantas (significa não cortar e evitar quebrar os galhos), o acesso indiscriminado de todos os habitantes a qualquer planta para coletar frutos, proteção dos frutos verdes e coleta daqueles “de vez” (quase maduros) e “de queda” ou “de caída” (frutos que caem naturalmente) e a manutenção das áreas sem cercas. Apesar de todas estas condições, os entrevistados reconhecem que, na atual conjuntura de valorização dos frutos, está havendo uma intensificação das colheitas, através das populações tradicionais. Esta prática tem influenciado na quebra dos galhos, no esgotamento das plantas e na diminuição da reprodução via frutos de caída. O risco da intensificação é romper com as restrições características do manejo tradicional, enfraquecendo a força cultural e provocando o extrativismo não sustentável (Diegues, 2002).

Diversos relatos orais e observações têm chamado a atenção para a redução da áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral nordestino. As representações da comunidade em estudo do Pontal, no entanto, apontaram para uma ambigüidade em relação a essa problemática. Alguns afirmaram que a quantidade de árvores tem aumentado substancialmente de forma natural e que não existe o menor risco de desaparecimento dessas plantas. Outros, em oposição, constataram que as áreas nativas diminuíram sensivelmente em decorrência da ampliação da área urbana; do extrativismo predatório, provocado, principalmente, pela quebra dos galhos na colheita; excessiva retirada de frutos sem que haja reposição de sementes para o surgimento de novas plantas e instalação de um viveiro de camarão, que provocou a derrubada de uma extensa área de ocorrência natural de mangabeira, segundo alguns entrevistados.

Apesar dessa ambigüidade nas respostas, a questão da preservação das áreas nativas ainda não constitui uma preocupação, por uma pré-noção de grande parte da comunidade de que a mangabeira é um componente do ecossistema, anterior à fundação do povoado e como tal seria um recurso inesgotável. Essa visão acarreta numa falta de unicidade em relação a

como lidar com a ameaça de redução de um dos principais constituintes da renda dessa população.

Em relação ao aumento da população e ao ciclo da mangabeira, as pessoas entrevistadas afirmaram que as plantas sempre estiveram presentes naquele ecossistema. “Faz parte das coisas de Deus” e que “elas morrem de velhice”, expressaram vários catadores. O aumento do número de árvores na área de ocorrência, conforme os relatos, deve-se à queda de frutos maduros, cujas sementes dão origem às novas plantas. Segundo os entrevistados, há uma grande variabilidade genética na população do Pontal, representada por plantas de diferentes tamanhos e formatos de copa, épocas e volume de produção, frutos de tamanho variado e plantas que produzem diferentes tipos de fruto.

Apesar de todo este patrimônio de saber e da importância da cultura para a sobrevivência das famílias, diversos relatos orais, a literatura e observações têm chamado a atenção para a redução da áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral do Nordeste e, conseqüentemente, em Sergipe, Estado que concentra a maior parte da produção brasileira de mangaba proveniente do extrativismo praticado por comunidades tradicionais.

A gestão das áreas naturais está amparada no direito consuetudinário, pelo qual as mangabas são consideradas bens comuns, mesmo que todas as áreas sejam privadas e pertençam a proprietários que têm algum tipo de vínculo com a população local. Entretanto, o acesso a essas áreas tem sido um direito de todos, sem que haja conflitos explícitos. Recentemente, no entanto, começaram a surgir atividades que impedem o livre trânsito da população local. São áreas que têm investimentos em atividades não-convencionais no mundo rural (turismo e carcinicultura), lideradas por pessoas sem vínculos com a população local. Algumas áreas cercadas, cuja atividade predominante é a agricultura (cultivo do coqueiro), implicam certa dificuldade de acesso, mas a população local procura manter a cata da mangaba em algumas delas, mesmo sem autorização, inclusive no período noturno. A cerca é interpretada pela população local como um símbolo da privatização das áreas comuns de colheita, mas, por si só, a cerca não é um impeditivo, a não ser quando acompanhada por uma ação mais incisiva do proprietário, explicitando a proibição. Nestes casos, há uma rejeição da população em relação a esse tipo de proprietário. Os catadores entrevistados afirmaram respeitar a cerca, no entanto, foram unânimes em afirmar que muitos não o fazem.

### **Para concluir, às ameaças rondam....**

Os relatos revelam que, com o aumento da procura por frutas de sabores e aspectos exóticos pelas classes mais favorecidas, a importância da mangaba cresceu nos últimos anos, em paralelo entretanto, ao declínio da oferta de caranguejo e seu quase completo desaparecimento dos manguezais do Estado. Esse fenômeno inesperado de mudança no grau de importância dessas duas atividades faz com que a mangaba seja considerada pela população tradicional como uma espécie de “tábua de salvação”. Se por um lado, o desaparecimento do caranguejo promoveu um certo desastre econômico na comunidade, a mangaba, por outro, aparece agora como importante fonte de renda. No entanto, outras ameaças rondam os catadores pois os campos remanescentes de mangabeiras estão quase todos em áreas turísticas, próximas de praias e, por isso, sujeitos a grande especulação imobiliária que quase sempre culminam com a expulsão das populações nativas. Mas isto também pode ser uma possibilidade de maiores vendas de frutos a turistas visitantes destas áreas desde que os catadores tenham acesso às plantas.

No entanto, enquanto o acesso ao caranguejo era livre, o acesso às mangabeiras tende a limitar-se, face à possibilidade dos proprietários explorarem seus remanescentes diante dos preços compensadores, a exemplo do que já vem ocorrendo em áreas próximas de Aracaju (Terra Dura), Santo Amaro das Brotas e Barra dos Coqueiros onde alguns campos foram cercados e impedida a entrada da população local de catadores.

Com tudo isso, urge desenvolver políticas que assegurem o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais dos quais dependem e que têm mostrado, ao longo de séculos, que são capazes de mantê-los. Os campos remanescentes de mangabeira são um exemplo vivo num ecossistema considerado de extrema fragilidade e habitat de espécies importantes como a mangabeira.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. *As reservas extrativistas e as populações tradicionais*. Entrevista do mês. <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14/09/2004.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. 5.Ed. São Paulo: Atlas. 1986.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente*. Belém: Editora Cejup, 1997, p.263- 283.

CAVALCANTI, J.S.B. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999, p.123-170.

CAVALCANTI, J.S.B.; BENDINI, M.I. *Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.339-362.

CAVALCANTI, J.S.B.; SILVA, A.C.B. Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999, p.259-281.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, M. J. J. (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates e experiências de pesquisa*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001 141-164p.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.). *Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 407-432.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

DIEGUES, A C.. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da mata atlântica. In: Simões, L. L.; Lino, C. F. (Orgs.). *Sustentável Mata Atlântica*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p.135-158.

IBGE. *Produção extrativa vegetal*. <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19/06/2002.

LESCURE, J.-P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia Central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.). *Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 433-494.

MOTA, D. M. *Trabalho e sociabilidade em espaços ruarais: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Tese de doutorado.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; GOMES, J. B. V. Lógicas de estratégias social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: *Simpósio*



*Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba*, 2003, Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. Disponível em CD-ROM.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; GOMES, J. B. V. Formas de gestão dos remanescentes de mangabeira no litoral de Sergipe. In: *Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 2, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2004. CD. Resumo expandido.

REIS, M. S.; MARIOT, A; CONTE, R.; GUERRA, M. P. Aspectos do manejo de recursos da mata atlântica no contexto ecológico, fundiário e legal. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Orgs.). *Sustentável Mata Atlântica*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p.159-171.

SILVA JÚNIOR, J. F.; MOTA, D. M.; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: *Simpósio Brasileiros sobre a Cultura da Mangaba*, 2003, Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. Disponível em CD-ROM.

YOUNG, C. E. F.. Economia do extrativismo em áreas de Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Orgs.). *Sustentável Mata Atlântica*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p.173-183.